CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: 723/81

INTERESSADO : CONGREGAÇÃO DA CONVERGÊNCIA TEOLÓGICA UNIVERSAL

ASSUNTO : Solicita Parecer declarativo de equivalência de estudos realizados no Seminário Teológico de São Paulo aos de Curso de 1º e 2º Graus, na forma do Decreto nº 34.440, artigo 5º letra E, de 21/10/1953.

RELATOR : CONSº PE. LIONEL CORDEIL

PARECER CEE : 0933/81 - CEEG - APROVADO EM 10/06/81

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1. - A CONGREGAÇÃO DA CONVERGÊNCIA TEOLÓGICA UNIVERSAL, sediada à Rua da Consolação, 954, 19, 29 e 39 andares, São Paulo Capital, dirige-se diretamente a este Conselho, a fira de solicitar, na qualidade de mantenedora, há 33 anos, do Seminário Teológico de São Paulo, que sejam os estudos do Seminário Menor desse Educandário vistos como equivalentes aos cursos de 19 e 29 graus "na forma do Decreto 34.330, art. 5 7 letra E, de 21.10.53, que regulamentou o Decreto Lei 1821, de 21. 03.53". (fls.3).

1.2. - Esclarece a mantenedora que "o curso do Seminário Menor, do Seminário Teológico de São Paulo, é ministrado em 8 (oito) fases, e além do ensino religioso, que ê seu fundamento principal, atende também às exigências da Lei 5693/71! ministrando a parte de Educação Geral para melhor atender ao preparo dos nossos educandos, futuros ministros religiosos." (fls.2 e 3) .

1.3. - Para fundamentar a solicitação, foram anexados os documentos seguintes: o Plano de Curso (fls. 11/21) e o Regimento Escolar (fls. 22/35), bem como, a titulo de amparo legal, o Parecer CFE 1.009/80, em que é Relatora a Dra. Esther de Figueiredo Ferraz, no qual se lê, tratando de responder ã mesma questão ora formulada a este Conselho:"... Ê de se concluir que os estudos feitos no Seminário Menor, mantido pela Congregação da Convergência Teológica Universal,

darão direito à inscrição ao concurso vestibular: a) se forem tidos, pelo Conselho Estadual de Educação do São Paulo, equivalentes aos de 2º grau, equivalência esta que poderá ser declarada ou caso por caso, o que seria mais razoável, em relação ao próprio curso, caso em que a declaração abrangerá todos os que nele comprovadamente forem habilitados". (fls.7/8).

2. APRECIÇÃO.

2.1. - O interessado, Seminário Teológico do São Paulo, havia-se dirigido ao Conselho Federal de Educação, o qual, pelo Parecer CFE 1009/80, o encaminha ao Conselho Estadual de Educação do São Paulo, como órgão competente para julgar a petição feita com referência ao reconhecimento do curso ou dos estudos ministrados pelo referido Seminário como equivalentes aos do 2º grau do Sistema de Ensino Brasileiro.

2.2. - Diante desse pronunciamento, a entidade interessada dirige-se a este Conselho solicitando "parecer declarativo de equivalência de estudos, realizados neste educandário, ao curso de 1º e 2º graus, na forma do Decreto 34.330, art. 5º, letra I", de 21.10.1952 que regulamenta o Decreto-Lei 1821, de 21.03.53 (fls.3).

2.3. - Ora, tanto a Lei nº 1931/53 quanto o seu decreto regulamentador nº 34.330/53 não podem ser mais invocadas para reconhecer regime de equivalência de cursos secundários e de seminário. E bem verdade, diz o Parecer CFE 3.174/77, da nobre Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, que esta (Lei acima citada) praticamente desapareceu sob o "bombardeio" da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024/61)". Na realidade, como diz a Relatora daquele Parecer, o que sobrou foi a equivalência de estudos confirmada, aliás, tanto pela Lei 4024/61 como pela Lei 5692/71.

2.4. - Quanto à equivalência de estudos solicitada, voltamos ao Parecer Federal nº 1009/30, citado no histórico, item 1.3. que reconhece a competência do Conselho Estadual para declarar a equivalência de estudos, caso por caso ou em relação ao curso.

2.4.1. - Evidencia-se, no presente pedido, que se trata de reconhecer os cursos do referido Seminário como equivalentes ao 1º e 2º graus do Sistema Brasileiro de Ensino.

2.4.2. - O Seminário Teológico de São Paulo, mantido pela Congregação da Convergência Teológica Universal, dirigiu-se há pouco tempo a este Conselho solicitando o reconhecimento, não do curso, mas da equivalência de estudos. Fomos delator do Parecer CEE 1955/80, que deu orientação sobre a equivalência dos estudos feitos em seminário não autorizado pela autoridade competente da Secretaria de Estado da Educação. Na ocasião, esclarecemos que esses seminários "nunca tiveram os seus estudos reconhecidos automaticamente, mas sim declarados casuisticamente", e que a análise da equivalência de estudos dos referidos cursos se faz com referência ao núcleo comum, as matérias mencionadas no artigo 7 da Lei 5692/71, bem como a uma parte da Formação Especial no ensino de 29 grau.

2.4.3. - Agora, essa entidade volta solicitando a equivalência de cursos ao ensino de 19 e 29 graus.

Ora, a equivalência de curso não se dá somente ao analisar o plano de estudos, os currículos plenos de 19 e 29 graus. Muitos outros elementos devem instruir o Processo, como as instalações físicas, segundo as normas vigentes; a escrituração, secretariado, fichas escolares; elaboração da programação de cada componente escolar; corpo docente devidamente qualificado.

Este processo não pode ser apenas informativo, supõe-se, também, que haja um sistema de verificação de controle, de supervisão, com referência, por exemplo, à vistoria das instalações, à escrituração, o cumprimento do plano de estudos, a escolha do corpo docente qualificado, a carga horária realizada, a programação ministrada.

Deve o curso ser acompanhado por um supervisor de ensino, representante direto da autoridade competente do Governo, que é a Secretaria de Estado da Educação.

Enfim, reconhecer a equivalência de um curso é, nada mais, na da menos, do que autorizar oficialmente o seu funcionamento; é aceitar a escola no sistema de ensino, no caso, de São Paulo.

2.5. - O Plano de estudos constante no Processo não tem condições de reconhecimento, nem para a equivalência de estudos, nem para a equivalência de curso regular ou supletivo; e muito menos como experiência pedagógica.

Tentaremos resumi-lo:

2.5.1. - Trata-se de dois cursos, um de 1º grau (as quatro últimas séries), outro de 2º grau, oferecidos até para adolescentes de no mínimo 16 anos para o 1º grau e 17 anos para o 2º grau.

2.5.2. - O 1º grau, de 4 séries, ou seja da 5a. à 6a. série, seria dado em quatro trimestres, ou seja, em um ano de 300 (trezentos) dias úteis, e 1850 horas/aula, sendo 1500 de Educação Geral e 300 de Educação religiosa (fls. 15 e 16).

2.5.3. - O 2º grau seguiria, mais ou menos, o mesmo calendário, isto é, quatro trimestres, portanto, um ano com 300 dias úteis e 1800 horas.

2.5.4. - Quanto ao corpo docente, nada consta no Regimento que exija o registro de professores qualificados (fls. 305, a não ser o cargo de diretor pedagógico (fls. 3). Quanto às férias, elas consistiriam em 52 domingos e 7 dias feriados somente, pois estão previstos 6 dias de recuperação, 3 no fim de cada semestre. Logo $300 + 52 + 7 + 6 = 365$ dias.

2.5.5. - As folhas 13, o Plano de estudos faz referência não se sabe por que, a documentos normativos que tratam do ensino profissional, como a Resolução CFE 2/72 e o Parecer CFE 45/72 e de estabelece uma comparação da carga horária realizada por seus cursos e a do Ensino Supletivo, chegando, por assim dizer, a fazer um "tour de force" tal, que supera o número mínimo dado no Supletivo.

2.6. - Mesmo querendo reduzir um processo educativo a um processo meramente informativo, ainda assim achamos impossível dar, com aproveitamento, uma bagagem de informações em dois anos, equivalentes às ministradas em 7 anos de cursos regulares ou a praticamente quatro anos de supletivo.

2.7. - Se for atingir adolescentes de 16 e 17 anos, deixe os seguir cursos regulares que têm como objetivo um processo educativo em que se propõe o desabrochar total de homem com o desenvolvimento da inteligência, a cultura da vontade, o despertar do senso moral, a projeção da imaginação e a exploração da criatividade, e para aqueles que a opção religiosa "engaja" a iniciação viva à fé (Pt. Charbonneau, Escola Moderna, Experiência Pedagógica - Colégio "Santa Cruz - pag. 36).

2.9. - Enfim, não podemos deixar de manifestar a nossa estranheza diante deste projeto de educação apresentado por um seminário,

que se propõe, como consta nas fls. 23, nos incisos II e III do art 39 do seu Regulamento Escolar, "dar ao educando condições básicas para o exercício do sacerdócio, orientá-lo para as ocupações religiosas levar o educando a conhecimentos culturais equivalentes aos do 1º e 2º graus do ensino regular".

2.10 - Consideramos, portanto, que o Plano de cursos apresentado pelo referido Seminário é antipedagógico, contrário não só ao espírito e à letra das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como das leis sociais que regem as horas de trabalho, o tempo de fêria.

I I - CONCLUSÃO

Nos termos deste Parecer e segundo o pedido, os estudos e os cursos de 1º e 2º graus realizados no Seminário Teológico de São Paulo, mantidos pela Congregação da Convergência Teológica Universal não são equivalentes ao Ensino de 1º e 2º graus do sistema brasileiro de ensino.

CESG, em 19 de maio de 1981.

a) CONSº Pe. LIONEL CORBEIL RELATOU

I I I - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. António Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Ribeiro Bazilli. Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

a) CONSº JOSÉ AUGUSTO DIAS PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 10 de Junho de 1981
a) Cons^o GÉRSON MUNHOZ DOS SANTOS - Vice-Presidente